

A INTEGRAÇÃO DO CONE SUL: REFLEXÃO HISTÓRICA SOBRE AS INFLUÊNCIAS INTERNAS NA POLÍTICA EXTERNA

Estevão Campaner Delldotto¹

RESUMO: O artigo busca verificar como a relação regional entre os integrantes do Cone Sul, foi influenciada através da história recente dos regimes militares destes países, mostrando alguns problemas de integração dos países e as políticas exteriores dos mesmos. Para isto o artigo mostra a importância do estudo da integração regional e de sua história; logo após faz uma análise de como a integração regional pode ser vista internamente (amizade ou interesse); a partir dos pressupostos anteriores passa a analisar as relações no período militar e suas conseqüências atuais; e finalmente faz uma conclusão com os principais problemas da integração do Cone Sul atualmente.

PALAVRAS-CHAVES: democracia; integração regional; política externa; regimes políticos; relações internacionais.

ABSTRACT : The article inquire into the regional relation enters the integrant ones of the South Cone, was influenced through the recent history of political system military of these countries, having shown some problems of integration of the countries and the external politics of the same ones. For this the article shows the importance of the study of the regional integration and its history; soon after it makes an analysis of as the regional integration can be seen internally (friendship or interest); from the previous estimated ones it starts to analyze the relations in the military period and its current consequences; e finally makes a conclusion with the main problems of the integration of the South Cone currently.

KEY-WORDS: democracy; regional integration; external politics; politics system; international relations.

INTRODUÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Tendo em vista o momento atual da integração dos estados-nações do Cone Sul e o recente surgimento do Parlamento do MERCOSUL, vislumbra-se a necessidade de um estudo que tenha um aprofundamento de como a integração dos estados-nações da sub-região chegou a este ponto por intermédio da democracia, especialmente se observarmos que a idéia de um parlamento para o MERCOSUL é fundamentalmente entrelaçada ao regime político democrático e que a maioria das organizações internacionais existentes hoje possui uma clausula democrática.

Devido ao fato desta integração do Cone Sul, e conseqüentemente do MERCOSUL, não ter surgido sem nenhum legado histórico, torna-se necessário o

¹ Integrante do Grupo de Pesquisa PATRIAS na UniBrasil; integrante do PET – Direito da UniBrasil; graduando do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UniBrasil; e graduando do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da UFPR.

estudo da base que fundamentou todo o processo. Nesta está à transição dos regimes militares autoritários internos de cada estado-nação, para os regimes democráticos vigentes atualmente. Assim como analisar qual a relação dos regimes democráticos com os processos de integração, a partir do estudo do Cone Sul. Nisto está a importância do estudo da integração desta sub-região, pois tornar-se um estudo de caso da influência da democracia na integração de estados-nações.

O estudo da mudança dos regimes políticos internos é importante, pois cada governo mesmo que democrático possui uma característica própria de condução das mais variadas políticas governamentais, dentre elas as políticas externas, como fica evidente na célebre frase do embaixador Celso LAFER “Toda política externa constitui um esforço, mais ou menos bem sucedido, de compatibilizar o quadro interno de um país com seu contexto externo”². Acreditando nesta linha de pensamento o trabalho tentará demonstrar o que a democracia, como quadro interno, gerou na integração regional, entendida na frase como contexto externo.

Portanto, frente aos acontecimentos que marcaram as últimas duas décadas na integração do Cone Sul, período que gerou as recentes democracias dos estados-nações integrantes da sub-região, faz-se necessário o estudo como mais uma forma de consolidar a manutenção das recentes democracias destes estados-nações, que vivem em uma constante insegurança política interna, devido à ascensão de governos populistas na sub-região, como é o caso de Evo Morales na Bolívia.

Desta forma com os estudos realizados em uma sub-região, como o Cone Sul, pode-se chegar a conclusões que levem a uma confirmação da democracia como o regime político interno que torna as relações internacionais, como um todo, menos vulneráveis as vontades de uma minoria que esteja nos governos locais. Além de ser o regime político que garanta os direitos fundamentais nas pautas internacionais de negociações.

E como é colocado por Rubens RICUPERO³ o tema da integração regional do Cone Sul, torna-se muito importante para o Brasil, pois este através das decisões do

² apud BARRETO, Fernando de Mello. Introdução. In:_____. **Os Sucessores do Barão: 1964-1985 Relações Exteriores do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 23.

³ RICUPERO, Rubens. Um triângulo nem sempre amoroso. In:_____. **O ponto ótimo da crise**. Rio de Janeiro: Revan, 1998. p. 234-235.

Instituto Rio Branco muda o foco de sua política regional, que antes subordinava os acontecimentos sub-regionais à vontade dos EUA e a agora passou a apreciar as necessidades locais, porém com a eminência da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) é importante voltar a discutir a integração regional e seu histórico, para que assim discuta-se não apenas a ALCA ou a manutenção do MERCOSUL, mas sim o que é melhor para a sub-região do Cone Sul e seus integrantes.

1. BREVE HISTÓRICO: OS INTERESSES E AS AMIZADES MARCADOS NA HISTÓRIA

O termo democracia, segundo Norberto BOBBIO⁴, já sofreu várias alterações em seu significado desde que foi utilizado pela primeira vez, atualmente ele é entendido como uma forma de governo onde a vontade popular está presente nas decisões políticas, através dos representantes, eleitos por meio do voto. Desta forma espera-se que nos Estados-Nações que possuem este regime político existam políticas que considerem a vontade da maioria e não de uma minoria da população. Porém é importante lembrar sobre as transformações da democracia durante a história, expressa na brilhante afirmação que Antônio de Pádua Fernandes BUENO e Julius Moreira MELLO fazem na conclusão de seu artigo *A Carta Democrática Interamericana e a Eterna Novidade da Democracia*: “A democracia, todavia, é sempre uma novidade: ela é uma prática, um processo: na História, ela já foi considerada compatível com a escravidão; com a existência de uma religião oficial; com a exclusão das mulheres da vida política. E se transformou - e segue a transformar-se. Por ser histórica, ela é uma eterna novidade – suas características sempre mudam com o homem.”⁵

Em grande parte da América Latina este regime foi suprimido em meados do século XX quando em seu lugar instaurou-se um regime militar autoritário. O regime era militar, pois quem estava no poder era um grupo de militares, e autoritário, pois a vontade deste grupo era imposta, por intermédio do aparato estatal (polícia, justiça, forças armadas, etc), ao restante da população.

⁴ BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Brasília: UnB, 1980. p. 48.

⁵ BUENO, Antônio de Pádua Fernandes; MELLO, Julius Moreira. *A Carta Democrática Interamericana e a Eterna Novidade da Democracia*. **Revista Cena Internacional**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 240, 2001.

O surgimento deste regime em parte da América Latina está intrinsecamente ligado ao surgimento de uma nova sub-região geopolítica dentro do continente latino-americano, o chamado Cone Sul, como colocam Maria Celina D'ARAUJO e Celso CASTRO na introdução do livro *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*:

... Cone Sul, entendido aqui como um conjunto de seis países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Trata-se de uma unidade que tantas outras, pode ser facilmente criticada, mas que, para nossos objetivos, possui em sua definição dois elementos históricos fundamentais. Em primeiro lugar, todos esses países viveram, em décadas recentes, sob governos militares autoritários. Desse modo, experimentaram questões relacionadas ao envolvimento direto da instituição militar na política, à transição de governos militares para governos civis, à consolidação das novas democracias e à discussão do papel que as Forças Armadas devem assumir nesse novo cenário. Em segundo lugar, esses países vivem hoje um esforço comum de integração em um bloco regional, através do Mercosul. Ou seja, existe uma coincidência entre o que estamos tratando por Cone Sul e o Mercosul (considerando que Chile e Bolívia são membros associados).⁶

Esta supressão do regime democrático começou em 1954 no Paraguai, 1964 na Bolívia e no Brasil, 1973 no Chile e no Uruguai, e em 1976 na Argentina. E terminou em 1982 na Bolívia, 1983 na Argentina, 1985 no Brasil e no Uruguai, 1989 no Paraguai, e em 1990 no Chile, como está presente no livro de D'ARAUJO e CASTRO⁷, ou seja, foram trinta e seis anos sem que todos os estados-nações da sub-região tivessem ao mesmo tempo democracias legítimas.

O regime militar autoritário manteve-se no Brasil de 1964 até 1985, como foi descrito anteriormente. E durante este período foram seis pessoas que ocuparam o cargo máximo do Itamaraty: Vasco Leitão da Cunha, Juracy Magalhães, Magalhães Pinto, Gibson Barboza, Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro. Tiveram algumas questões que se destacaram na relação do Brasil com o Cone Sul durante este período, dentre elas está à questão Itaipu-Corpus que trouxe uma grande aproximação com o Paraguai ao mesmo tempo em que marcou a maior tensão diplomática com a Argentina, pois o estado-nação vizinho temia prejuízos com a construção de Itaipu.

Outras questões que permearam as relações externas sub-regionais do Brasil na época foram os apoios aos diversos governos militares que se implantaram na sub-região durante o período, mostrando assim uma das principais características da política

⁶ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). **Democracia e forças armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 8.

⁷ Ibid., p. 314.

externa brasileira, a não-interferência. A integração com o Uruguai em questões de transporte e comunicação e o receio da presença, financiada por Cuba, de Ernesto “Che” Guevara no Departamento de Santa Cruz, território boliviano próximo à fronteira do Brasil.

Entre os demais países tivemos as negociações para a navegação no Rio Paraguai, esta tida como uma das principais questões geopolíticas brasileiras para a América do Sul na época e uma das mais relevantes atualmente, como escreve Eliana ZUGAIB, no estudo elaborado para a XLVIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco e da FUNAG, *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-americana do Brasil*⁸, outras questões são: a aproximação do Uruguai com a Argentina, o Projeto de Corpus (hidrelétrica binacional da Argentina com o Paraguai) e a situação de maior conflito que foi a Questão do Canal de Beagle, onde ocorria uma disputa territorial em que o Chile e a Argentina chegaram a acionar as suas forças armadas.

Desta forma a política regional ficou seriamente comprometida, pois os regimes militares autoritários mantiveram-se fechados na busca de interesses unilaterais. Uma prova desta característica é que logo após a abertura democrática ocorrer em todos os estados-nações, ocorreu a assinatura do Tratado para a constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai (Tratado de Assunção), no dia 26 de março de 1991, na época os quatro estados-nações eram denominados como Estados Partes, sendo o Paraguai o depositário do tratado, e Bolívia e Chile vieram a ser parceiros posteriormente deste grupo (hoje vemos as pretensões venezuelanas de participar do bloco, mas nada definido até o presente momento).

Apesar do MERCOSUL mostrar que os interesses sub-regionais começaram a ter maior relevância, os interesses unilaterais continuaram a ser defendidos de forma veemente, como é o caso, por exemplo, da indústria de celulose finlandesa que está sendo construída no Uruguai e é o motivo de uma disputa com a Argentina que se diz prejudicada com a construção. Isto está muito bem disposto no artigo de Miryam COLACRAI, *Cuando la Participación Popular y Provincial Reclaman Democratizar la*

⁸ ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-americana do Brasil*: XLVIII Curso de Altos Estudos. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG, 2005.

*Política Exterior: A propósito del conflicto generado por las Plantas de celulosa en Fray Bentos (Uruguay) en aguas compartidas con la Argentina*⁹, quando a autora faz uma análise de um aspecto negativo da participação popular em um ação de política externa no Cone Sul.

2. A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO DURANTE O REGIME MILITAR E A IMPORTÂNCIA DO TEMA NA DEMOCRACIA

Para o estudo da problemática proposta pelo presente trabalho precisou-se escolher entre as várias definições de Cone Sul a que mais se adequasse a questão de integração relacionada à mudança de regime político interno, sendo assim como já foi posto anteriormente a definição é a proposta por D'ARAUJO e CASTRO¹⁰, onde está presente o contexto histórico semelhante dos estados-nações, sem que se deixe de levar em conta os fatores geográficos para a definição da sub-região.

Como um dos motivos que torna o estudo da questão importante é o Parlamento do MERCOSUL, uma instituição de caráter democrático, também é essencial uma breve discussão do que seria a democracia atualmente. Para isto pode-se dialogar com duas obras de BOBBIO. Em seu livro *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*¹¹, o autor escreve, como também já foi posto, que o termo democracia já sofreu diversas alterações na sua definição durante a história, e na outra obra, *Estado, Governo, Sociedad: Para uma teoria geral da política*, BOBBIO define o que seria democracia atualmente “Da idade clássica a hoje o termo ‘democracia’ foi sempre empregado para designar uma das formas de governo, ou melhor, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político. Especificamente, designa a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo

⁹ COLACRAI, Miryam. **Cuando la Participación Popular y Provincial Reclaman Democratizar la Política Exterior**: A propósito del conflicto generado por las Plantas de celulosa en Fray Bentos (Uruguay) en aguas compartidas con la Argentina. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/myriam/PapelerasparaelpaperidicoRelacionesInternacionales.doc>>, Acesso em: 28/09/2007.

¹⁰ D'ARAUJO; CASTRO. (Orgs.). Op. cit., p. 8.

¹¹ BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 48.

povo.”¹² sendo assim democracia será entendida, para o desenvolvimento do trabalho, como a forma de governo onde o povo possui alguma influência no processo decisório, no caso da sub-região do Cone Sul, esta prerrogativa do povo se dá através do voto em eleições regulares e legítimas.

Partindo dos pressupostos de Cone Sul e de democracia podemos observar a discussão da obra de Sonia de CAMARGO, denominado *A Integração do Cone Sul: 1960-1990*, onde a autora busca mostrar de onde surgiu a preocupação da integração da sub-região: “O tema da integração do Cone Sul, visto como prioridade na agenda política externa do Brasil, é um fato recente, da segunda metade dos anos 80, quando a crise econômica que se agravou no país e nos demais países da região, num momento de grandes mudanças na divisão internacional do trabalho, exigiu a redefinição da inserção de suas economias no sistema econômico internacional”¹³, e também procura mostrar como o regime político militar autoritário levou a criação de problemas para a política externa regional:

A implantação de um regime militar no Brasil, em 1964, e, na Argentina em 1966, e uma sucessiva substituição de regimes civis democráticos por militares autoritários, em vários países da América Latina, acentuou os impasses que já começavam a desgastar o processo de integração. Dessa maneira, ao lado das dificuldades de política econômica, já vistas, vieram juntar-se dificuldades político-ideológicas, em um duplo aspecto: de um lado, governos democráticos como os de Chile e Venezuela, olhavam com desconfiança a consolidação de governos autoritários no continente; de outro, os próprios governos militares, no caso, os do Brasil e Argentina, que comungavam em uma mesma visão geopolítica e nacionalista, radicalizavam sua já tradicional rivalidade, em disputa pela hegemonia da região.¹⁴

Juntamente com a análise do período militar autoritário que CAMARGO faz pode-se colocar as obras de Rodrigo Perla MARTINS, *A Diplomacia da Prosperidade: a política externa do governo Costa e Silva (1967-1969)*¹⁵, de Cíntia Vieira SOUTO, A

¹² BOBBIO, Norberto. Democracia e ditadura. In:_____. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 135.

¹³ CAMARGO, Sonia de. **A Integração do Cone Sul: 1960-1990**. Rio de Janeiro, n.13, set. 1992. p. 1. IRI TEXTOS, PUC-RJ.

¹⁴ Ibid., p. 7.

¹⁵ MARTINS, Rodrigo Perla. **A Diplomacia da Prosperidade**: a política externa do governo Costa e Silva (1967-1969). Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/rodrigo/costaSilva.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

*Diplomacia do Interesse Nacional: o governo Médici e a política externa brasileira (1969-1974)*¹⁶, de André Luiz Reis da SILVA, *A Política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)*¹⁷, como grandes fontes articuladoras de questões sobre a integração regional e a visão do Brasil com relação a seus pares no Cone Sul.

Na obra de Fernando de Mello BARRETO, *Os Sucessores do Barão: 1964 – 1985 Relações Exteriores do Brasil*, pode observar-se as políticas externas brasileiras divididas pelos seis ministros de relações exteriores do período. Sendo que no período de Vasco Leitão da Cunha houve o apoio ideológico dos militares argentinos ao regime brasileiro, o não reconhecimento por parte do Uruguai do governo militar brasileiro, o apoio ao novo regime que surgia na Bolívia, a inauguração da Ponte da Amizade que liga o Paraguai e o Brasil e a contestação da fronteira na região de Sete Quedas pelo Paraguai¹⁸.

No período da gestão de Juracy Magalhães houve a resolução da questão fronteiriça com o Paraguai com a criação de um consórcio para utilização do Rio Paraná, a Argentina ficou preocupada com este consórcio e convocou uma reunião dos estados-nações da Bacia do Rio do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai) e o governo brasileiro preocupou-se com as ações cubanas na Bolívia (Ernesto “Che” Guevara estava acampado no Departamento de Santa Cruz perto da fronteira)¹⁹.

Enquanto Magalhães Pinto foi o ministro das relações a Argentina aumentou o comércio bilateral com o Brasil, com o Paraguai manteve-se os entendimentos para uso do Rio Paraná, com o Chile começou-se a negociar a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), com o Uruguai foi acordado a integração dos meios de comunicação e das rodovias, e os cinco estados-nações da Bacia do Prata (nesta reunião estava a Bolívia) assinaram o Tratado da Bacia do Prata, que tinha por objetivo

¹⁶ SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional: o governo Médici e a política externa brasileira (1969-1974)**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/cintia/governoMedici.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

¹⁷ SILVA, André Luiz Reis da. **A Política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/andreReis/CasteloBranco.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

¹⁸ BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão: 1964-1985 Relações Exteriores do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 47-51.

¹⁹ *Ibid.*, p. 85-90.

“promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de afluência direta e ponderada”²⁰.

Quanto ao período que Gibson Barboza foi ministro das relações exteriores foi firmado com o Paraguai “Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná” mais conhecido como Tratado de Itaipu, com a Argentina a disputa diplomática para resolver a questão da barragem de Itaipu continuou, pois a Argentina também gostaria de construir uma hidrelétrica (Corpus), chegando a ser discutida em duas Assembléias Gerais da ONU e ter a retirada do embaixador argentino do Brasil, quanto ao Chile o governo brasileiro reconheceu de prontidão o governo militar chileno, continuando sua política de não-interferência nas questões internas de outros estados-nações²¹.

No quinto ministro das relações exteriores, Azeredo da Silveira, continuaram os problemas de Itaipu-Corpus com a Argentina, mas os países buscaram um entendimento quando a construção de três represas no Rio Uruguai e a interligação das redes de comunicação terrestres, com o Paraguai a aproximação aumentava cada vez mais, surgiram neste período as Reuniões Tripartites entre Argentina, Brasil e Paraguai para discutir as questões ligadas ao uso dos recursos hídricos compartilhados, a Argentina fechou o túnel Cueva-Caravelas na Cordilheira dos Andes não permitindo que caminhões brasileiros chegassem ao Chile, e começou a disputa territorial em torno do Canal de Beagle entre Argentina e Chile²².

E no período do último ministro do regime militar autoritário, Saraiva Guerreiro, resolveu-se a questão de Itaipu-Corpus tornando assim possível a reaproximação da Argentina e do Brasil, nesta reaproximação os dois estados-nações firmaram acordos quanto a questão nuclear e quanto a questão de exportação de gás natural da Argentina para o Brasil. Quanto a Guerra das Malvinas o Brasil manteve-se neutro, mas em seus discursos defendia a soberania da Argentina sobre a região, com o Paraguai, Uruguai e Bolívia os entendimentos continuaram prósperos e com o Chile os entendimentos ficaram dentro do possível, devido às barreiras que o forte regime repressor de Pinochet colocava para as políticas externas da diplomacia chilena, este

²⁰ Ibid., p. 114-117.

²¹ Ibid., p. 164-170.

²² Ibid., p. 245-257.

problema não ocorria apenas com o Brasil, haja visto a questão do Canal de Beagle com a Argentina²³.

Conjuntamente pode-se observar a obra *História da Política Exterior do Brasil* de Amado Luiz CERVO e Clodoaldo BUENO²⁴, onde está presente uma cronologia histórica da política externa brasileira, porém com subdivisões baseadas em contextos internos e externos e uma visão mais histórica do que política das ações brasileiras.

Com os trabalhos acima expostos pode-se observar uma tendência das bibliografias sobre o tema a ser discutido, elas normalmente tratam da visão de um país apenas e não de uma visão total do assunto, assim pode-se ver os artigos de José PARADISO²⁵, José Luis SIMÓN G.²⁶, Alberto van KLAVERN²⁷ e Antonio Aranibar QUIROGA²⁸, que tratam respectivamente das políticas externas de Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia após a democratização.

Sendo assim, em se tratando do tema especificamente, existem poucas obras sobre o assunto a ser abordado. Por outro lado este é um momento propício para a discussão do assunto, pois pela primeira vez na história do MERCOSUL, e conseqüentemente do Cone Sul, cogita-se a idéia de uma instituição de caráter democrático, o Parlamento do MERCOSUL.

Outro ponto importante para o presente trabalho é o da importância da integração regional atualmente, devido às mudanças geopolíticas que ocorrem nos últimos anos (ascensão da China, consolidação da União Européia, etc.). por isto o estudo de sua formação e de suas bases de sustentação é importante, Samuel Pinheiro

²³ Ibid., p. 351-379.

²⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

²⁵ PARADISO, José. A política externa em tempos de transformação e o caso argentino. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 9-43, 2000.

²⁶ SIMÓN G., José Luis. O Paraguai da transição: democracia de baixa qualidade e política externa "de arrasto". **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 45-85, 2000.

²⁷ KLAVEREN, Alberto van. As relações internacionais do Chile durante os anos 90: Os desafios da globalização. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 87-133, 2000.

²⁸ QUIROGA, Antonio Aranibar. A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 135-158, 2000.

GUIMARÃES, em seu livro *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, trata deste atualmente, lembrando da discussão sobre integração regional na América do Sul:

A árdua recuperação argentina e sua nova política econômica; a política econômica semi-ortodoxa no Brasil; a sensação de desequilíbrio de benefícios de que se ressentem Uruguai e Paraguai; e finalmente, os esforços americanos de negociação da Alca e, mais recentemente, de acordos bilaterais de livre comércio fizeram reacender o debate sobre os méritos e desvantagens da integração regional no nível do Mercosul e no nível da América do Sul.²⁹

Nas palavras do autor podemos ver um dos pontos de discussão do trabalho, pois ele relembra que apesar da existência do MERCOSUL existem algumas desavenças históricas entre os estados-nações do Cone Sul que acabam por inflamar questões nacionalistas, como é o caso da Bolívia que perdeu parte de seu território para Brasil (questão do Acre), Paraguai (região do Pantanal Paraguaio) e a maior das questões para os bolivianos a perda da saída para o Oceano Pacífico para o Chile.

Outro estado-nação que pode possuir algum ressentimento para com outros integrantes do Cone Sul é o Paraguai, que sofreu sua maior derrota militar na Guerra do Paraguai ocasionando uma perda significativa de população, onde seus adversários eram Argentina, Brasil e Uruguai, integrantes da chamada Tríplice Aliança. Além destas duas questões existem muitas outras que acabam atrapalhando a integração regional, e dentre elas o desequilíbrio de benefícios dentro do MERCOSUL exposto por GUIMARÃES.

Outra questão que torna difícil a integração do Cone Sul é colocada por Amado Luiz CERVO e Mario RAPOPORT, no livro *História do Cone Sul*, onde os autores falam dos diversos interesses que os setores mais distintos possuem na integração, ou seja, seria impossível um acordo que beneficia-se a todos de maneira total, apesar das evoluções na integração que ocorreram desde as disputas da época militar até os acordos que levaram ao MERCOSUL. Além dos questionamentos que países terceiros não participantes dos acordos fizeram sobre a integração³⁰.

A importância da integração regional pode ser ainda mais salientada se for levado em conta à opinião de RICUPERO³¹, onde o autor coloca que devido à

²⁹ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Prebisch y Furtado: soberania e integração. In: _____. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 367.

³⁰ CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. (Orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Unb, 1998. p. 332.

iminência da criação da ALCA torna-se necessária discussão do valor do MERCOSUL para a sub-região, principalmente como fonte de equilíbrio de poder para futuras negociações.

E finalmente pode-se colocar a questão mais relevante sobre o trabalho: a democracia é uma forma de integração dos Estados-Nações. Para isto podemos analisar outro livro de BOBBIO, *O Futuro da Democracia*, sendo mais preciso o capítulo denominado pelo autor de Democracia e Sistema Internacional, onde ele trata dos problemas debatidos da democracia nas relações internacionais:

Os problemas debatidos atualmente são mais ou menos da seguinte natureza: 1) se as democracias são mais pacíficas do que as autocracias; 2) se, admitindo-se que sejam mais pacíficas, a paz externa pode depender de uma progressiva extensão dos Estados democráticos e da democratização da comunidade internacional; 3) que conseqüências podem ter sobre a democracia interna dos Estados democráticos a presença de Estados não-democráticos no sistema internacional e a falta de democratização do próprio sistema – em outras palavras se é possível ser democrático em um universo não-democrático.³²

Problemas estes que BOBBIO vem a discutir analisando principalmente, no decorrer do capítulo, como se dá o enfrentamento entre estados-nações democráticos e não-democráticos, como o próprio autor fala. Mostrando assim ainda mais a importância do assunto a ser tratado no âmbito do Cone Sul e demonstrando a atualidade do tema, pois este capítulo foi integrado ao livro nas últimas edições.

Fazendo um paralelo ao contexto do Cone Sul poderia deixar-se algumas questões, caso a região ainda estivesse sobre influência de regimes militares a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia e a instalação das indústrias de celulose no Uruguai teriam o mesmo desfecho que ocorreu com regimes democráticos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO ATUAL.

Como pode ser analisado, durante o regime militar ocorreram muitas ações unilaterais dos estados-membros da sub-região do Cone Sul, pois visava-se na maioria das vezes os interesses nacionais e não regionais. No período pós-reabertura

³¹ RICUPERO, Rubens. Op. cit., p. 234-235.

³² BOBBIO, Norberto. Democracia e Sistema Internacional. In:_____. **O Futuro da Democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 188.

democrática pode ser visto uma modificação desta forma de relação entre os estados, pois houve a criação do MERCOSUL, este que chegou a ser um instrumento para manter a democracia no Paraguai através da cláusula democrática que existe em sua carta de criação. Esta mesma carta que põe uma grande dúvida sobre a entrada da Venezuela no bloco, devido a reeleição de seu atual presidente e a reforma constitucional que este está fazendo no país.

Outra questão são os constantes avanços para negociação bilateral, como é o caso da Bolívia com o Chile, estados que possuíam problemas graves no passado, e hoje com a existência da democracia começam a aproximar-se, como pode ser visto no artigo *Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia* de Luis MAIRA³³. E as relações entre Brasil e Argentina, que tiveram grandes enfrentamentos políticos no período militar e hoje possuem um enorme avanço na integração, segundo o artigo *Las relaciones de la Argentina y Brasil durante los Noventa: Temas de defensa y seguridad* cuja autoria é de Miryam COLACRAI³⁴.

Da mesma forma segundo os artigos de Analúcia Danilevicz PEREIRA, *A Nova República diante do Reordenamento Internacional: rupturas e continuidades na política externa do governos José Sarney (1985-1990)*³⁵ e *A Política Externa do Governo Collor: a transição para a nova ordem internacional*³⁶, o artigo de Samir PERRONE, *Política Externa do Governo Itamar Franco (1992-1995)*³⁷, e o artigo do ministro Celso AMORIM, *Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula*³⁸,

³³ MAIRA, Luis. *Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia*. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, v. 5, n. 2, p. 40-55.

³⁴ COLACRAI, Miryam. **Las relaciones de la Argentina y Brasil durante los Noventa: Temas de defensa y seguridad**. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/myriam/BrasilArgentina.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

³⁵ PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Nova República diante do Reordenamento Internacional: rupturas e continuidades na política externa do governos José Sarney (1985-1990)**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/anaLucia/novaRepublica.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

³⁶ PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Política Externa do Governo Collor: a transição para a nova ordem internacional**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/anaLucia/collor.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

³⁷ PERRONE, Samir. **Política Externa do Governo Itamar Franco (1992-1995)**. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/samir/itamarFranco.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

podemos ter uma noção que a política exterior do Brasil mudou com o regime democrático, em relação a diversas questões, dentre elas as relações sub-regionais.

Desta forma temos uma mudança de atitude regional, mesmo que em alguns casos os Estados em questão possuam desavenças momentâneas, como o já citado caso da planta industrial de celulose que esta sendo construído na margem uruguaia do Rio da Prata e que despertou uma posição contrária da Argentina, e também o caso da nacionalização dos hidrocarbonetos realizada pelo governo de presidente Evo Morales na Bolívia, que acabou desestabilizando as relações regionais, principalmente na relação bilateral Brasil-Bolívia.

Poder-se-ia citar vários casos (questão dos produtos da “Linha Branca” entre Brasil-Argentina, a questão da base militar estadunidense no Paraguai, etc.), mas é importante destacar na relação regional que apesar de algumas políticas exteriores destes países ainda possuem cunho nacionalistas, as relações caminham para uma aproximação cada vez maior, e neste aspecto podemos ver os avanços do MERCOSUL, apesar de que quando o comparamos com outros blocos sub-regionais em alguns aspectos ele está muito pouco evoluído, pois o Parlamento ainda só pode ser chamado de uma realidade “física” e não de realidade “institucional”.

E finalmente, pode-se colocar que o nível da integração do Cone Sul que temos hoje está atrelado as mudanças do cenário internacional, pois cada país seguiu o que achava ser melhor para seus interesses, e desta forma não houve ações em conjunto, como no continente europeu, que hoje apresenta a consolidada União Européia. Alguns países preferiram seguir o caminho dos acordos bilaterais com as grandes potências mundiais, outros procuravam uma integração parcial onde os países agiam juntos por seus interesses nacionais e os interesses de seus grupos dominantes, quando não dos interesses estrangeiros e dos setores dominantes destes países.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-48.

³⁸ AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do governo Lula. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-48.

BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão: 1964 – 1985** Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo na história do pensamento político**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Brasília: UnB, 1980.

BOBBIO, Norberto. Democracia e ditadura. In: _____. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BUENO, Antônio de Pádua Fernandes; MELLO, Julius Moreira. A Carta Democrática Interamericana e a Eterna Novidade da Democracia. **Revista Cena Internacional**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 240, 2001.

CAMARGO, Sonia de. **A Integração do Cone Sul: 1960-1990**. Rio de Janeiro, n.13, set. 1992. IRI TEXTOS, PUC-RJ.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Unb, 2002.

CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario. (Orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Unb, 1998.

COLACRAI, Miryam. **Cuando la Participación Popular y Provincial Reclaman Democratizar la Política Exterior: A propósito del conflicto generado por las Plantas de celulosa en Fray Bentos (Uruguay) en aguas compartidas con la Argentina**. Disponível em: <
<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/myriam/PapelerasparaelperidicoRelacionesInternacionales.doc>>, Acesso em: 28/09/2007.

COLACRAI, Miryam. **Las relaciones de la Argentina y Brasil durante los Noventa: Temas de defensa y seguridad**. Disponible em: <
<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/myriam/BrasilArgentina.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

D´ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

KLAVEREN, Alberto van. As relações internacionais do Chile durante os anos 90: Os desafios da globalização. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 87-133, 2000.

MAIRA, Luis. Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, v. 5, n. 2, p. 40-55.

MARTINS, Rodrigo Perla. **A Diplomacia da Prosperidade**: a política externa do governo Costa e Silva (1967-1969). Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/rodrigo/costaSilva.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

PARADISO, José. A política externa em tempos de transformação e o caso argentino. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 9-43, 2000.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Nova República diante do Reordenamento Internacional: rupturas e continuidades na política externa do governos José Sarney (1985-1990)**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/anaLucia/novaRepublica.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Política Externa do Governo Collor: a transição para a nova ordem internacional**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/anaLucia/collor.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

PERRONE, Samir. **Política Externa do Governo Itamar Franco (1992-1995)**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/samir/itamarFranco.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

QUIROGA, Antonio Aranibar. A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 135-158, 2000.

RICUPERO, Rubens. Integração regional e hemisférica. In:_____. **O ponto ótimo da crise**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

SILVA, André Luiz Reis da. **A Política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Disponível em: < <http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/andreReis/CasteloBranco.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

SIMÓM G., José Luis. O Paraguai da transição: democracia de baixa qualidade e política externa “de arrasto”. **Cadernos Adenauer**: Política Externa na América do Sul. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 45-85, 2000.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional**: o governo Médici e a política externa brasileira (1969-1974). Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/nerint/artigos/cintia/governoMedici.rtf>>, Acesso em: 28/09/2007.

ZUGAIB, Eliana. **A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-americana do Brasil**: XLVIII Curso de Altos Estudos. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG, 2005.